

# MOVIMENTOS “DE” E “PARA” EDUCAÇÃO POPULAR: PERNAMBUCO NOS PRIMEIROS ANOS DA DÉCADA DE 1960

**Alessandra Maria dos Santos**  
amsantosufpe@hotmail.com

**André Gustavo Ferreira da Silva**  
andreferreirufpe@gmail.com  
Centro de Educação -UFPE

## **RESUMO:**

Este estudo objetiva inserir movimentos educacionais de caráter popular - dos primeiros anos da década de 1960, em Pernambuco - numa análise fundamentada na perspectiva da História Cultural, a qual intenciona realizar uma releitura destas ações através de dimensões que incluem a política, o social, a economia, mas, sobretudo, a cultura. Buscando, dessa forma, explicitar as tramas do cotidiano destes movimentos educacionais utilizamos como aporte metodológico a oralidade e acervo documental. Assim, identificamos detalhes do desenrolar destas ações educacionais, impressões dos sujeitos que atuaram nos movimentos, divergências internas e externas às ações, bem como as contribuições destes movimentos para a História da Educação.

## **Palavras-chave:**

Educação Popular, Movimentos educacionais, Pernambuco

# MOVEMENTS "FROM" AND "TO" POPULAR EDUCATION: PERNAMBUCO IN THE FIRST YEARS OF THE 1960 DECADE

**Alessandra Maria dos Santos**  
amsantosufpe@hotmail.com

**André Gustavo Ferreira da Silva**  
andreferreirufpe@gmail.com  
Centro de Educação -UFPE

## **ABSTRACT:**

This study aims to insert educational movements of popular character – from the first years of 1960's, in Pernambuco – on an analysis grounded in the Cultural History perspective, which intends to accomplish a reevaluation of these actions through dimensions that may include the policy, the social, the economy, but, mainly, the culture. Aiming, by this way, to explicit the daily's plots of these educational movements, we used as methodologic contribution, the orality and documental collection. This way, we identified details of the untwining of these educational actions, impressions of the individuals that acted in the movements, internal and external divergences to the actions, and the contributions of these movements to the Educational History, as well.

## **Key words:**

Popular education, Educational movements, Pernambuco.

## Para início de conversa...

Se na língua portuguesa a classe gramatical *Preposição* tem a função de unir dois termos entre si complementando-os, ao apresentarem-se na expressão “Movimentos DE e PARA Educação Popular” contribuem para elucidar, nesta junção, o *pertencimento e finalidade* de ações comprometidas com a Educação Popular.

Pertencimento este que se demonstra no devir da ação envolvida em promover Educação de caráter popular. Distinguindo-se do ato educacional escolar, Paulo Freire (1993) considera que o esforço de mobilizar, organizar e formar técnica e cientificamente as classes populares constitui a educação popular. Já Brandão (2006, p.75) considera-a também como educação *das* classes populares que “emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação” e Wanderley (2010) admite a inclusão da transformação social, conscientização e entrelaçamento à cultura popular. Sendo assim, as ações pertinentes à educação popular devem estar imbuídas destas características atentar para as bases filosóficas às quais a constituiu, sendo, dessa forma, apropriável o termo “movimento *de* educação popular”.

Já em relação a sua finalidade, enquanto “Movimentos para”, designa o intuito da educação de combate ao analfabetismo, promoção da educação de jovens e adultos, educação para populares. Quando nos referimos ao *para* educação popular, pensemos num projeto educacional voltado a classes populares, no qual há intencionalidade. Por isso, há os que consideram a ideia de Educação Popular vinculada, sobretudo, nas décadas de 1950 e 1960, a um projeto populista ou de construção de identidade nacional, no qual os populares é o alvo de tal ação pedagógica.

Interesses políticos e de intelectuais são explicitados na narrativa de constituição de movimentos educacionais populares como Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento de Cultura Popular (MCP) e ações do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do

Recife, atual UFPE. Alguns demonstram que a necessidade de caracterização de “um povo nacionalista” (BRAYNER, 2010; SOUZA, 2011) ou na formação de eleitores levaram grupos a investir em ações de mobilização popular (PAIVA, 2003; BEISEGEL, 1992, 2004).

Contudo, ao dispormo-nos à aventura de propor um novo olhar sobre a história, fazer uma releitura de acontecimentos passados, encontramos com inúmeras possibilidades no campo da historiografia. Podemos-se analisá-los sob diversas óticas, tendo como enfoque diferentes objetos e objetivos, sendo todos estes válidos, na intenção de mais se conhecer acerca de realidades pretéritas (PESAVENTO, 2008). Dentre estas possibilidades de releitura está a História Cultural, a qual não tem por finalidade realizar o estudo da cultura, na perspectiva histórica, mas abordar o *real histórico* (FALCON, 2006) – com suas diversas dimensões: políticas, sociais, econômicas – a partir da cultura.

E ao propormos uma releitura de movimentos educacionais populares - atuantes nos primeiros anos da década de 1960, em Pernambuco – queremos nos desviar do viés do materialismo dialético, o qual implica que o desenvolvimento dessas ações foram obras populistas ou de intelectuais. Não desconsiderando tais discursos, mas admitindo-se outras fontes e percepções ao se recontar esta história. Então, esta “outra forma de fazer história”, que se destoa do viés positivista e do materialismo histórico, abarca na intencionalidade de narrar fatos passados, sujeitos comuns, suas ações individuais e coletivas e as interpretações destes acerca do real.

Sendo assim, a prática de voluntários dos movimentos educacionais, em frear os altos índices de analfabetismo no Nordeste brasileiro, estava incutida de representações envoltas em compreensões de mundo que admitiam a esperança de transformação social e adesão a uma ideologia.

Pesavento (2008) destaca que a História Cultural objetiva entender a realidade do passado a partir de suas interpretações. Contudo, as

impressões dos indivíduos sobre o real, o que este confere sentido, reflete-se também em suas práticas, fomentando, dessa forma, uma relação de entrelaçamento entre as práticas e representações, como enfatiza Chartier (2000) e acrescenta que é até mesmo custoso definir quando uma começa e a outra se encerra, tendo em vista seu caráter de interdependência.

### **Ações educacionais que florescem**

Vanilda Paiva (2003) explicita que a base da constituição da Educação Popular, no Nordeste e, especialmente, em Pernambuco, emergiu a partir da segunda metade da década de 1940. A vitória das ideias democráticas ao final da II Guerra e a reorientação política de Vargas, com a abertura do processo eleitoral, trouxe à tona o problema de transformar a sociedade democrática através da educação popular. Em 1947, organiza-se o I Congresso Nacional de Educação de Adultos, no qual se evidencia a preocupação com os altos índices de analfabetismo, contrapondo-se ao quantitativo de eleitores. O exercício da cidadania aos analfabetos, através de participação no processo eleitoral, era impedido, pois legalmente apenas alfabetizados poderiam votar<sup>71</sup>.

Dados apontam que cerca de 50% da população era analfabeta<sup>72</sup>, logo, o poder político reproduzia o conservadorismo, ou seja, a centralização oligárquica de interesses e poderes. Embora estas ações educacionais tenham sido fomentadas no seio de intencionalidades políticas, não se podem negar suas contribuições de tornar pública a necessidade de debate acerca de conter o analfabetismo.

Desde a política getulista, campanhas voltadas para a educação popular já eram vinculadas ao Departamento Nacional de Educação (DNE) e ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), mas só

---

<sup>71</sup> A Constituição Federal de 1946, art. 132, inciso I, promulga que “Não podem alistar-se eleitores: analfabetos”.

<sup>72</sup> Considerando-se aqui a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou de mais idade, no Brasil, segundo dados do IBGE, no Censo de 1950.

a partir de 1955, configura-se um novo cenário, com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o qual marcou uma nova trajetória na constituição de alfabetização de jovens e adultos. Este instituto, preocupando-se com o projeto nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, volta sua atenção ao progresso da educação.

Dentre as campanhas em prol da alfabetização de adultos que tiveram início ainda na década antecedente ou no início dos anos de 1950 estavam a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). A primeira sobressai-se por ser a “primeira grande campanha de massa para educação dos adultos”, aponta Paiva (2003, p. 217); a segunda, fundada em 1952, por se interpretada como instrumento de solucionar problemas do campo e expandir valores de ações comunitárias (PAIVA, 2009).

Contudo, iniciativas para o desenvolvimento destas campanhas não lograram êxito por muito tempo. A CEAA funcionou de 1947 a 1963, mas já a partir do ano de 1954 passou a enfrentar diversas dificuldades, sobretudo quanto aos escassos recursos para o desenvolvimento da campanha, pagamento ou gratificações a professores, além de falta de verba para apoio estrutural como aquisição de material didático. A outra campanha, a CNER, atua até 1963, encerrando suas atividades ante as limitações de recursos financeiros.

A partir das discussões propostas pelo ISEB, revisa-se o desenrolar das campanhas educacionais e planejam-nas sob novas perspectivas. O II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro, em 1958 - apenas onze anos depois da realização do I Congresso - é um espaço onde se travam mais discussões e definem-se alguns encaminhamentos. Após o período de admissão da ineficiência das campanhas governamentais, configura-se um novo cenário para educação popular que Vanilda Paiva define como “a maior mobilização no campo da educação dos adultos” (2009, p. 231).

Representantes de diversos estados apresentam, neste evento, críticas à ineficiência da CEAA. Vanilda Paiva comenta, acerca da percepção que os representantes do Nordeste tinham em relação a esta campanha, “o desinteresse do trabalhador rural em adquirir instrução ligava-se à sua consciência de que este estudo rudimentar e de baixa qualidade que lhe era oferecido não melhora o seu nível de vida” (2009, p. 222).

### **Movimento de Educação de Base: presença em Pernambuco**

O surgimento do MEB relaciona-se com a atuação de escolas radiofônicas através da Rede Nacional de Emissoras Católicas (Renec) que, em 1958, promove um encontro com emissoras de propriedade de dioceses a fim de discutir problemas em comum (DE KADT, 2007). Fruto deste encontro surge a decisão de desenvolver cursos para treinar pessoas que iriam trabalhar nestas estações radiodifusoras, pois entendeu-se que para seu bom funcionamento deveriam haver pessoas preparadas. A partir do destaque da experiência da diocese de Natal, a Renec convida os responsáveis pelas escolas para um encontro em Aracaju – SE, datado no início de 1960.

Jânio Quadros estava em visita a este estado, quando tomou conhecimento das ações de escolas radiofônicas vinculadas às dioceses e acorda com arcebispo D. José Távora, responsável pelas escolas radiofônicas, de expandir a educação pelo rádio a nível nacional. O acordo previa subsídios do governo federal para expansão gradativa das escolas radiofônicas e através de decreto institui o funcionamento do MEB, em 21 de março de 1961, indo até 1965. O Nordeste foi o grande alvo de desenvolvimento das escolas, “grande celeiro do MEB”, tendo 96,5% dos alunos no ano de sua criação, segundo De Kadt (2007).

A intenção, esperançosa, de todos os envolvidos era extinguir o analfabetismo ou ao menos reduzi-lo drasticamente, especialmente na zona rural, sendo o foco das ações do movimento. Contudo, outras intenções como a possibilidade de novos alfabetizados votarem e

também um novo campo para expansão o ensino religioso e propagação da fé cristã (DE KADT, 2007). Mas também, o temor que uma “onda comunista” alastrasse-se no meio rural fez com que a Igreja Católica passasse a se preocupar, não apenas com o campo educacional, incluindo-se ainda a área trabalhista rural, pois, em Pernambuco as Ligas Camponesas ganharam espaço e chegaram até a Paraíba.

As mobilizações de trabalhadores do campo, como as que aconteceram no Engenho Galileia, que após anos de lutas conquistaram a desapropriação do engenho de cerca de 500 hectares, fomentou o medo de que os proprietários de terras perderiam suas propriedades em favor dos campesinos. Neste engenho de fogo morto<sup>73</sup> - localizado no município de Vitória de Santo Antão – PE, cerca de 40 km de Recife, viviam aproximadamente 140 famílias.

A imprensa reforça tal receio ao propagar um discurso de revolta e luta armada, denominando a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) como “Ligas Camponesas”.

Tanto uma parte da imprensa no Brasil como o The New York Times organizam um discurso de uma grande onda comunista, possivelmente saindo do Nordeste (entenda-se Pernambuco). Segundo essa imprensa, as Ligas Camponesas incendeiam o meio rural por meio de suas práticas e discursos, já que se propagam para outros estados (MONTENEGRO, 2010b, p.15).

A partir das “ameaças” das Ligas Camponesas, a Igreja Católica passa a se preocupar com o homem do campo, temendo também que este se convertesse ao ateísmo. Diante disso, a Igreja desperta seu interesse ante as injustiças sofridas pelos trabalhadores rurais e organiza sindicatos de trabalhadores rurais. Assim, em diversas localidades, especialmente da Zona da Mata de Pernambuco, a fundação dos

---

<sup>73</sup> A expressão “engenho de fogo morto”, segundo Montenegro (2010), é inspirada na obra de José Lins do Rêgo “*Fogo morto*”, a qual se refere ao engenho que não mais produz açúcar, mas apenas abastece outras usinas com cana.



sindicatos dos trabalhadores rurais atrelou-se à implantação de classes do MEB.

Segundo um eclesiástico que atuou no movimento na cidade de São Lourenço da Mata - PE, Padre Renato Cavalcanti (2011), a intencionalidade do MEB “era para alfabetizar, falar dos direitos do trabalhador, direitos da pessoa como pessoa humana, respeitar os outros, essas coisas”. Contudo, a vinculação do MEB com o sindicalismo rural também se explicitava, como comenta: “Dom Carlos mandou que os párocos da zona rural fundassem os sindicatos rurais”.

Padre Paulo Crespo, pároco de Jaboatão dos Guararapes, no período investigado, comenta em entrevista cedida ao CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) que a iniciativa da Igreja era auxiliar estes trabalhadores, por intermédio da estruturação da posse e uso da terra, bem como melhoria na qualidade de vida destes. Contudo, Padre Crespo afirma também que esta ação distanciava-se da proposta das Ligas Camponesas, pois esta tinha um caráter filantrópico e de reivindicação, e que beneficiava apenas os associados; já os sindicatos intencionavam um benefício mais abrangente, ou seja, para todos os trabalhadores. Rômulo Lins (1986) explicita essa distinção entre Ligas Camponesas e sindicatos rurais:

A Liga só via a questão da terra; ela usava isso como meio de reforçar a luta pela terra. (...) Há locais em que existe essa questão da terra; nos demais a reivindicação é: INPS, assistência médica, salário, 13º, férias, tudo o que o trabalhador da cidade conseguiu. Ele não tem muita ilusão que vai viver bem com um pedacinho de terra, mas está organizado como trabalhador.

Paulo Crespo salienta ainda que em Pernambuco a iniciativa de fundar sindicatos de trabalhadores rurais, com o apoio da Igreja, deu-se por inspiração do Serviço de Assistência Rural (SAR) que atuava no Rio Grande do Norte com orientações sobre saúde, plantio e até organizavam os camponeses através de associações. Tudo isto com ajuda de uma emissora de rádio. O arcebispo de Natal, Dom Eugênio

Sales, era quem dirigia estas ações. Este mesmo arcebispo foi quem articulou a parceria da CNBB com o Governo Federal para implantação do MEB nas áreas rurais.

O MEB organizava-se enquanto sistema e tinha na composição de sua equipe professores, locutores de rádio, técnicos que auxiliavam na operacionalização, líderes comunitários e monitores. Estes, segundo De Kadt, “faziam a ponte entre a equipe e os camponeses” (2007, p.152).

As aulas do MEB funcionavam na casa dos monitores. Local simples, muitas vezes de taipa e com tamboretas. A escolha destes era feita pela direção, depois, pelos próprios camponeses. De acordo com De Kadt, às vezes, este monitor era semianalfabeto, ou seja, recebeu uma educação elementar e “gradualmente, começou a ser visto no movimento menos como professor auxiliar e mais como líder comunitário” (2007, p.155) e muitos destes tornaram-se líderes nas áreas rurais.

Acerca da atuação do MEB no agreste pernambucano, na cidade de Caruaru, há na edição semanal do Jornal Vanguarda, periódico que circula[va] nesta localidade, datado de 15 de julho de 1962, informativo sobre treinamento de monitores do Movimento de Educação de Base: “Curso de treinamento para monitores do Sistema de Rádio Educativo de Caruaru, órgão que se destina a fazer a educação de base. As aulas terão início no mês de agosto vindouro”.

Através deste treinamento, em Caruaru, é que pessoas como Josefa Cristina puderam atuar no movimento. Aos 15 anos de idade aceitou o convite para ser monitora do MEB. A vinculação de seu pai com a Igreja Católica foi um caminho para ganhar a responsabilidade de alfabetizar uma turma com mais ou menos seis agricultores. Esta monitora assim comenta:

Aí chegou essa oferta, vamos dizer assim da igreja católica e que depois eu fiquei sabendo que era a CNBB que criou para ensinar adultos analfabetos,

completamente, através do rádio. Quer dizer, um estudo indireto e eu fui ser monitora, um trabalho voluntário, deste produto, deste serviço.

Acerca do treinamento destaca:

Então a gente veio pra cidade fez um treinamento no colégio das Freiras lá e eu me lembro que Dom Augusto de Carvalho fez a abertura e eu não entendia nada do que se tratava, mas era um treinamento bem simples. Naturalmente foram passando as informações e aí mandaram, eu não levei nesse dia, mas chegou lá depois um pessoal com um rádio, rádio de uma emissora só. A gente era refém! Eu não me lembro se era Rádio Olinda. Parece que era Rádio Olinda. Rádio a pilha.

### **Movimento de Cultura Popular: da ação política à atuação popular**

O Movimento de Cultura Popular (MCP), criado pela Prefeitura do Recife, na gestão de Miguel Arraes, teve como uma das principais metas elevar os índices de alfabetização no município, atrelando tal intencionalidade à cultura popular.

Ao assumir a direção executiva municipal, Arraes deparou-se com problemas como ausência de escolas municipais. Ao tomar conhecimento de projeto de promoção de atividades culturais decide apoiá-lo, desde que a este fosse acrescentado o setor educacional, o qual seria dirigido por um grupo de católicos já envolvidos com experiências educacionais. Este grupo era composto por Paulo Rosas, Paulo Freire, Anita Paes Barreto e Germano Coelho.

Este projeto cultural, iniciado pela Sociedade de Arte Moderna do Recife (SAMR), a qual por intermédio de atividades de artistas ligados às artes plásticas, musicais e teatrais ofertavam aulas gratuitas, intencionava a construção de uma universidade popular, isto é, um espaço para promoção e difusão da cultura popular. Abelardo da Hora

(2010), artista plástico, diretor no MCP da Divisão de Parques e Jardins, comenta:

Eu já tinha começado a botar coisa na minha cabeça. Eu queria fazer uma espécie de universidade popular de arte. Aí chamei Geraldo Menucci para ensinar música [...] Depois chamei Luiz Mendonça [...] Então já estava o que: artes plásticas, música e teatro.

O MCP com propósito de unir cultura e educação popular para crianças e adultos promoveu dentre suas atividades: expansão do quantitativo de escolas, especialmente para jovens e adultos não alfabetizados, apresentações teatrais e de danças, construções de praças em bairros da periferia e etc. Contudo, um grande desafio do movimento foi unir comunistas e católicos numa ação política e popular, através de um objetivo comum.

Então, em março de 1960, entram em atividade as ações do MCP e em setembro de 1961 oficializa-se como sociedade civil por intermédio de lavratura em cartório. José Teles destaca “num estado notório pelo cabo-de-guerra ideológico entre esquerda e direita, o MCP começava subversivo, já que agregava forças excepcionalmente heterogêneas” (2012, p.124), referindo-se às diversas concepções ideológicas dos sócios do movimento.

O MCP não contou apenas com apoio da Prefeitura para promover suas ações ou de pessoas vinculadas a grupos políticos e ideológicos, pois se incluíram nestas realizações populares ligados a clubes de dominó, associações de moradores, igrejas através da concessão de espaço ou atuando como monitores.

Embora, houvesse a necessidade de alguém “preparado” para auxiliar o desenvolvimento das aulas, também era preciso o estabelecimento da linguagem local para interlocução entre os alfabetizandos. Rômulo Lins (1986) traz, justamente, essa percepção de que existia alguém da comunidade (popular) que mediava ações do movimento “geralmente

uma liderança local: o homem do terreiro de umbanda, um religioso ou um pastor, o presidente da associação do bairro”.

A preparação dos monitores era o primeiro passo para ministração das aulas. Estes monitores eram pessoas da comunidade, professores, universitários, “estudantes de ginásio e colégio e até operários que trabalham durante o dia e, à noite ajudam seus colegas de bairro aprender as letras” que orientavam os alunos durante a transmissão das aulas via rádio (DIÁRIO, 08/02/1962). O MCP também utilizou o rádio, assim como o MEB, como meio de promoção educacional e como aporte havia o livro de *Leitura para Adultos*, também conhecido como cartilha do MCP.

Desenvolvida por integrantes do próprio movimento, esta cartilha abordou aspectos da realidade dos alfabetizando com temáticas que expressavam a relevância do voto para o povo e problemáticas que expressavam aspirações de um povo que lutava dia após dia para sobreviver. Mas também sofreu duras críticas, por ser considerada populista ao enunciar em suas lições características “do bom político e do bom governo, comprometidos com o bom combate em favor da emancipação popular” (BEISIEGEL, 1992, p. 135). Mas também, expressava o reconhecimento e valorização da diversidade cultural ao tratar de temas como raças, religiões e ideias.

Cuia, cambada, rede, lodo, pão, operário, carestia são apenas algumas palavras contidas na cartilha do MCP que trazia, através dos vocábulos, a vida do alfabetizando, representando sua condição social e também a possibilidade de mudança por meio do voto. Embora, o Livro de *Leitura* tenha sido um instrumento de mérito ao MCP nem todos os membros concordavam com esta aplicação metodológica. Uns por vislumbrar um direcionamento político; outros, pedagógico. Paulo Freire, diretor da Divisão de Pesquisa no MCP, não apoiou a confecção da cartilha, mesmo tendo sido convidado a colaborar, pois já desenvolvia pesquisa, juntamente com outros membros do movimento, propondo uma “alfabetização conscientizadora”, no Centro Dona Olegarinha e afirma:

Eu me lembro que já naquela época eu defendia uma coisa que eu vivo dizendo ainda hoje, a existência de textos de suporte, mas textos de suporte que sejam tão desafiadores como os slides que eu propus. E não a cartilha enquanto domesticadora (FREIRE apud BEISIEGEL, 1992, p.208-9).

A discordância de Freire em adotar um material didático, com aspectos diretivos, inibia, segundo este, o desenvolver de uma educação com e para o educando. Assim, dentro do MCP duas “correntes metodológicas” acerca de alfabetização se expandem.

.Porém, num projeto político de alfabetização, a educação interligava-se partidariamente a incumbência de politizar o povo, no sentido de arregimentá-lo nas lutas políticas. Segundo Abelardo da Hora (2010), quando questionado sobre o “desinteresse” dos comunistas em organizarem-se como os católicos num plano de alfabetização, comenta: “Porque partido não é escola de alfabetizar. Partido pode apoiar movimentos de alfabetização e apoiar qualquer tipo de escola. A política é uma coisa, o ensino é outra coisa completamente diferente”. Já os católicos progressistas a percebiam a partir da intencionalidade “da libertação, do desenvolvimento da cidadania, do engajamento” como afirma Letícia Baltar (2011).

O combate ao analfabetismo, na percepção dos progressistas, objetivaria a conscientização, na qual esta era percebida como dimensão de autonomia do sujeito singular. Logo, compreende-se a atuação dos objetivos dos sujeitos que encontraram nestas ações espaços para suas subjetividades.

Conflitos externos também eram enfrentados pelo MCP como forte oposição de vereadores da cidade ao MCP. Wandekolk Wanderley denuncia ao Diário de Pernambuco (21/09/1962) “Orgia de gastos do MCP para difundir doutrina comunista” afirmando que tais gastos seriam para custear conspirações contra o regime democrático.

## **Serviço de Extensão Cultural: do local ao nacional**

O Serviço de Extensão Cultural (SEC) surgiu com o propósito de “adequar a Universidade a realidade brasileira” (ATAS... apud SANTOS, 2010, p. 61), ou seja, a um contexto de mudanças no qual se inseria a sociedade brasileira. Tal objetivo explicitado pelo então Reitor João Alfredo acordava-se com reivindicações do movimento estudantil e projeto de reforma universitária.

Em maio de 1961, ano anterior à criação do SEC, estudantes universitários, sob organização da União Nacional dos Estudantes (UNE), reúnem-se na Bahia para realização do I Seminário de Reforma Universitária. Como fruto deste seminário, elabora-se a “Declaração da Bahia” na qual há diretrizes acerca do papel da Universidade na sociedade com diversas críticas a sua inércia, além disso, tece reclamações acerca da democracia nacional apoiando, dessa forma, o voto dos analfabetos e a reforma agrária. No campo sobre Educação a Declaração pontua algumas reivindicações como: a não aceitação ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em tramitação no Senado, à época; maior disponibilidade de recursos para financiamento da educação; e extinguir o analfabetismo.

Logo após este seminário, alastram-se, por alguns estados, greves estudantis reivindicando reformas nas instituições acadêmicas. A Universidade do Recife não se isentou de tal “ofensiva” dos universitários. Ocupada pelos estudantes, a Faculdade de Direito do Recife (FDR) recebe atenção da Reitoria da Universidade do Recife, ao passo que o conselho universitário reúne-se, em caráter de urgência, para tratar sobre o fato: greve estudantil. A ata do conselho universitário demonstra a preocupação da UR:

O presidente da reunião [o Reitor João Alfredo] comunica que, tomando conhecimento da deflagração da greve e posterior ocupação da Faculdade de Direito, pelos estudantes desta Escola, impedindo o acesso de docentes e funcionários, viajou no dia 04 (quatro) de junho ao Rio de Janeiro para dar conhecimento do fato ao Exmo. Ministro da Educação e Cultura, Brígido Tinôco (ATAS apud SANTOS, 2010, p. 60).

A preocupação com a greve recebe tal atenção do diretor da FDR, José Soriano de Souza Neto, que encaminha o assunto das reivindicações estudantis ao conhecimento do presidente Jânio Quadros, sob alegação da lei de Segurança Nacional. O Ministério da Justiça intervém e atende o apelo do diretor e envia dois carros de combate do Comando do IV Exército os quais se posicionam em frente ao prédio da Faculdade de Direito.

Insatisfeitos os estudantes ocupam a Escola de Engenharia. As reivindicações e descontentamentos estudantis impõe um temor de alcançar níveis não desejáveis pela Reitoria: atingir outras Escolas da UR e incorporando-se a outros movimentos reivindicatórios existentes no Estado. Almeri Bezerra (2011), padre à época e secretário do SEC, fala a insurgência de mobilizações por todo Estado

E ao mesmo tempo começaram a surgir uma série de movimentos populares, organizações, sindicatos. É o Julhoão, da Ligas Camponesas. E uma das coisas que... é o MCP vem nesse conjunto, veio a eleição de Doutor Arraes, eleição de Pelópidas.

Além disso, a localização das faculdades na capital pernambucana, Recife, passa a ser um ambiente propício para grandes manifestações.

No Recife mais antigo, quando do eixo ali do Derby até o centro era um território muito dos estudantes, por isso que tinha a Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Engenharia e tudo isso era no centro; a Faculdade de Direito. Então, de modo que quando se pensou na criação de uma universidade lá no Engenho do Meio, muitos advertiam que era um projeto político, que era tirar a “estudentada” do centro da cidade. Porque no centro da cidade era muito mais fácil o pessoal se manifestar e fazer uma greve, fazer uma coisa grande sabe?



A postura adotada, pois, pelo Reitor João Alfredo destoa-se, desta vez, da adotada pelo diretor da FDR, isto é, não reage tão duramente à mobilização estudantil e assume publicamente o compromisso de Reforma Universitária. Tal atitude expressa, de certo modo, sua relação política com ideais progressistas como as que se filiavam às Reformas de Base de um projeto político, a nível nacional.

Uma comissão é formada, por estudantes e docentes, para “proceder estudos que possibilitem uma maior *adequabilidade*<sup>74</sup> da UR às novas condições do País” (ATA... apud SANTOS, 2010, p. 61). Um dos integrantes desta comissão é Paulo Freire que no ano seguinte à formação desta comissão presidiria o SEC, o Serviço de Extensão Cultural.

O SEC seria a expressão máxima da postura política defendida pelo Reitor, pois em seus objetivos elucida: “Assistir culturalmente camadas da nossa população a quem não foi possível um contato com os cursos universitários. A Universidade tem uma dívida para com elas. É urgente pagá-las” (PLANO..., 1962, p. 12). Por isso, a estrutura organizacional do SEC é planejada não apenas para atender à Universidade, mas também a sociedade.

Dessa forma, o SEC é criado em fevereiro de 1962, mas como um serviço da Universidade e não como uma secretaria ou departamento. Tal estratégia seria para desviar-se das possíveis oposições que se encontraria caso fosse necessário passar pelo Conselho Universitário. A ala conservadora da UR não era sensível a tais ideais progressistas e, sobretudo, as parcerias que o Reitor estabelecia.

A parceira da Universidade do Recife com o MCP, ao ceder espaço na Rádio Universitária para este movimento, foi um dos primeiros pontos a serem esclarecidos, quando da implantação do golpe militar, por componentes do SEC que tiveram que prestar depoimentos (ATAS... apud SANTOS, 2010). E dois anos antes da criação do SEC, já se anunciava a parceira que a Universidade do Recife firma com o MCP, o que consolida a expressão pública do Reitor, em apoiar movimentos de caráter popular.

---

<sup>74</sup> Grifo nosso.

Terminados os trabalhos, o Reitor usou da palavra manifestando os seus propósitos de colaboração com o Movimento de Cultura Popular. Lembrou que, neste sentido, dará um passo decisivo, com a instalação pela Reitoria de uma emissora para divulgação da Cultura às populações pobres. (JORNAL DO CÔMMERCIO, 21 de maio de 1960).

As atividades do SEC, embora tenham se destacado no campo educacional, não se restringiam a este. Havia uma organização administrativa que abrangia além da Diretoria os setores de Documentação, Cinema e Teatro, de Rádio e Televisão, e setores de extensão – que estavam diretamente responsáveis por formações em diferentes níveis de escolaridade – Setor de Educação de Base, de Extensão em Nível Médio e de Extensão em Nível Superior.

Boa parte do corpo funcional do SEC era composta por equipe de “tendência católica”, a qual se destinou a responsabilidade sobre o setor de educação de base e somando-se a este um grupo de professoras que já desenvolvia trabalhos de pesquisa, acerca de alfabetização com Freire, como afirma Veras (2010).

Mesmo Paulo Freire tendo iniciado sua experiência educacional no MCP, foi através do SEC que esta se desenvolveu, ganhou asas e voou expandindo-se a nível nacional através de um programa com financiamento com capital externo – USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional<sup>75</sup>).

Além disso, a base filosófica do método de Freire, como reflexões ontológicas do sujeito no mundo divergia-se da maneira que a alfabetização desenvolvia-se no MCP (FREIRE, 1982, p.106). Segundo Almeri Bezerra (2011), “Paulo dizia que não precisava ter manual, não tinha manual... era uma palavra que a gente evitava. Não tinha professor, não tinha sala de aula. Era círculo de cultura”. O “como” alfabetizar no SEC, por intermédio do método Paulo Freire, apoiava-se no diálogo do círculo de cultura.

---

<sup>75</sup> Tradução de: United States Agency for International Development.

O coordenador dos círculos de cultura era treinado para saber dinamizar as pessoas, esquentar o assunto, envolver todo mundo. Ele tinha que estimular a classe para que ela rendesse um debate rico na hora em que se discutia o conceito de cultura e de natureza (CORTEZ, 2008, p. 20).

O SEC incluía estudantes da JEC (Juventude Estudantil Católica) como Letícia Baltar, estudante secundarista do Colégio Vera Cruz<sup>76</sup>, relata ter participado da formação dos monitores para aplicação do método de Paulo Freire.

Olhe, eles mostravam, tinha aquela história de projetor. Não tinha computador, nada disso eles viviam da filosofia do método e depois mostrava como era que agente tinha que alfabetizar. (...) Como era que a gente, por onde a gente começava que tinha que pesquisar na classe, qual a palavra que, que eles mais usavam a partir daí decodificar palavras, todo método era ensinado lá no SEC, só que eu não cheguei a participar [referindo-se a aplicar] de nenhuma aula por que veio o golpe e acabou tudo. (BALTAR, 2011).

O ambiente no qual se desenvolviam as experiências alfabetizadoras serviram de sólida base para disseminação e engajamento da juventude na educação popular. Segundo Letícia Baltar, o envolvimento dos monitores do SEC era tamanho que muitos trabalhavam e estudavam durante todo o dia e à noite, mesmo cansados, iam para a formação de instrução do como aplicar o método Paulo Freire. “Eram à noite e a gente e eu me lembro eu não lembro muito assim, muito interessante, a gente podia morrer de cansaço, mais ia, eu trabalhava de 7h as 13h estudava de 13h as 18h e ainda ia pra lá”. (BALTAR, 2011).

---

<sup>76</sup> Colégio confessional de Recife fundado em 1931.

## **Encerrando [temporariamente] a conversa...**

Não gostaríamos de colocar ponto final nesta discussão, mas apenas fazermos uma pausa. Pois, como se trata de uma investigação historiográfica a cada momento pode ser revista, reescrita. A partir de uma nova fonte, um novo relato: tudo é um meio de obter maior detalhe e revisar algumas questões.

Contudo, neste momento, é imprescindível pararmos e por isso teceremos algumas considerações. Assim, percebemos que na constituição destes movimentos educacionais populares, em Pernambuco, ainda que tenham se originado de projetos políticos e institucionalizados, não se pode esquecer a adesão de populares para solidificação destas ações.

Além disso, percebemos a junção de sujeitos com concepções ideológicas e políticas distintas num mesmo movimento, compartilhando um objetivo comum: a promoção de educação popular. Como inserido no MCP concepções ideológicas tão distas, mas próximas quanto à finalidade. Uns com intencionalidade “conscientizadora”, outros, “politizadora”, mas que ao fim lançaram-se num projeto de expansão da alfabetização, fundamentando pilares para discussão de educação aos populares, concepção de analfabeto e o exercício da cidadania deste.

E mais, identificamos também aspectos políticos que apoiados em aspectos culturais vão tecendo o fazer historiográfico como a efetivação da ação da Igreja contrapondo-se ao temor comunista. O terror propagado pelo Comunismo perpassava o campo político atingindo a dimensão religiosa como algo maligno, um ateísmo que por meio de uma ordem política se oporia aos princípios cristãos da fé em Deus. Também percebemos as estratégias de um Reitor filiado a ideias inovadoras para criar um serviço de extensão que através de ação educacional destaca-se a nível nacional.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especificidades e abordagens. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular: A Teoria e a Prática de Paulo Freire no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.

\_\_\_\_\_. **Estado e educação popular**. Brasília: Liber Livros Ed., 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Constituição, 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm)>. Acesso em: 03 dez. 2012

BRAYNER, Flávio. O MCP e a invenção do povo. **Revista Continente**, Recife, ano X, p. 54, maio/2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Portugal: Difel, 2002.

CORTEZ, Marcius. **O golpe na alma**. São Paulo: Pé-de-chinelo Editorial, 2008.

DE KADT, Emanuel. **Católicos radicais no Brasil**. Trad. Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. Brasília: UNESCO/MEC, 2007.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-4782006000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-4782006000200011&script=sci_arttext)> Acesso em: 18 dez. 2012.

FERRARO, Alceu Ravello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em Educação popular**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

GOÉS, Moacir de. Os movimentos de cultura/educação popular. In: CUNHA, Antônio; GOÉS, Moacir de. **O golpe na Educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010a.

\_\_\_\_\_. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010b.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.; Coord.). **Atas do Conselho, da Assembleia e da Comissão Designativa do Reitorado de João Alfredo e Vice-Reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife**: junho de 1959 a agosto de 1964. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. Democracia sob Getúlio Vargas, dias tranquilos com Juscelino Kubitschek e um golpe militar: 1945-1964. In: **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOUZA, Kelma Fabiola Beltrão. Por uma outra história da educação popular. **Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 32. 2009, Caxambu. **Anais**. Caxambu: 2009. p. [1-14]. Disponível em meio eletrônico: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT06-5914--Int.pdf>. Acesso em: 20 abr./2011.

TELES, José. Reportagem – Movimento de Cultura Popular. In: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (Org.). **Na trilha do golpe**: 1964 revisitado. Recife: Editora Massangana, 2012.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação popular**: metamorfoses e veredas. São Paulo: Cortez, 2010.

### **Depoimentos orais:**

BALTAR, Leticia. **Leticia Baltar**: depoimento [jan.2011]. Entrevistadores: A. Santos, C. Farias, J. Silva e A. Silva. Recife: PE, 2011. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “Paulo Freire, a UFPE e o Movimento de Educação Popular”.

BEZERRA, Almeri. **Almeri Bezerra**: depoimento [jan.2011]. Entrevistadores: A. Santos, C. Farias, J. Silva e A. Silva. Recife: PE, 2011. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “Paulo Freire, a UFPE e o Movimento de Educação Popular”.

CAVALCANTI, Renato da Cunha. **Renato da Cunha Cavalcanti**: depoimento [set.2011]. Entrevistadores: A. Santos e A. Silva. Recife: PE, 2011. MP3. Entrevista concedida à pesquisa História da Educação Popular em Pernambuco.

CRESPO, Enes Paulo. **Paulo Crespo** (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 1990. 46 p. dat.

FARIAS, Iêda Luzia Brayner de. **Iêda Luzia Brayner de Farias**: depoimento [jul.2010]. Entrevistadores: C. Farias e A. Silva. Recife: PE, 2010. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “A divergência ao ideário pedagógico de Paulo Freire, na década de 1970, no Recife”.

HORA, Abelardo Germano da. **Abelardo Germano da Hora**: depoimento [out.2010]. Entrevistadores: A. Santos, C. Farias, J. Silva e A. Silva. Recife: PE, 2010. MP3. Entrevista concedida ao Programa

Institucional de Iniciação Científica “Paulo Freire, a UFPE e o Movimento de Educação Popular”.

LINS, Rômulo Fernando de Aguiar. **Rômulo Fernando de Aguiar Lins**: depoimento [out. 1986]. Entrevistador: E. M. Fernandes. São Paulo: SP, 1986. Entrevista concedida ao CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco.

**Jornais:**

Diário de Pernambuco

Jornal do Commercio

Vanguarda (Caruaru)